



Câmara Municipal de Morretes

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 23ª Sessão Ordinária realizada em 17 de julho de 2013.

Aos dezessete dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às dezenove horas, nas dependências da Câmara Municipal de Morretes, sob a presidência do vereador Júlio Cesar Cassilha, estando presentes os vereadores: Elói Nogueira, Lucídio Lopes de Araujo Netto, Valdecir Mora, Flávia Rebello Miranda, Airton Tomazi, Mauricio Porrua, Tadaci Shiosaki, Samuel Cordeiro Adriano, tendo ausência justificada os vereadores: Luciane Costa Coelho devido a participação no evento a respeito dos conselhos tutelares e Vanderlei Cordeiro Dias por razões de óbito na família. O Presidente pediu a proteção de Deus e amparado pelas leis vigentes do país declarou aberta a presente sessão e perguntou se havia alguma consideração sobre a ata da sessão de 03 de julho de dois mil e treze, sendo a ata aprovada por todos os vereadores. Explicou que como a última sessão ordinária foi realizada no dia 15 p.p., a apreciação da ata da mesma dar-se-á na próxima sessão ordinária. O Presidente disse que têm a honra de receber na sessão o Presidente da Associação do Rotary Club de Morretes, o Sr. Leonardo da Silva Mendes, para fazer uma explanação a respeito das atividades da entidade, bem como o equipamento de Raio-X que foi adquirido para auxiliar nos diagnósticos do Hospital e Maternidade de Morretes Dr. Alcídio Bortolin e também agradeceu a presença dos demais rotarianos presentes, em especial ao Tesoureiro o Sr. Eliberto Luis de Oliveira, ao Primeiro Secretário o Sr. Amadeu Valério e ao Instrutor de Clubes Eric Joubert Hunzicker, disse que amparado na Lei nº 91/2010, declarou aberta a Tribuna Livre desta Câmara Municipal para a explanação do Sr. Leonardo da Silva Mendes que iniciou cumprimentando a todos e agradeceu ao Presidente pela oportunidade a ele concedida em responder ao Ofício 114/2013 desta Casa, onde foram solicitadas informações referentes à instalação e funcionamento do aparelho de Raio-x, explicou que o Projeto citado inicialmente começou com o nome de Projeto Raio-x, mas posteriormente recebeu o nome de Centro de Diagnóstico Aluizio Estanislau Cherobim. Citou a visita do vereador Airton Tomazi às obras do CDAEC. Informou que o Rotary internacional surgiu em 1905, onde Paul Harris, depois de peregrinar por vários lugares, se fixa em Chicago como advogado. Aluga um pequeno conjunto de escritórios, equipa-os, escolhe um deles e subaluga os demais. Onde conheceu vários empresários e pensou que seria interessante reuni-los em um ambiente informal de amizade e companheirismo, com a vantagem de cada um representar um ramo da atividade. Assim em 23 de fevereiro de 1905, reuniu cinco companheiros que se encontravam regularmente com a finalidade de troca de informações e companheirismo e procura de novos nomes para o clube. Paul sugeriu que se desse uma denominação para o novo clube. Chegou-se a conclusão que deveria se dar o nome de Rotary, já quem as reuniões se davam em esquema rotativo. Surgindo daí o lema maior de Rotary: "dar de si antes de pensar em si". Em 1923 o Rotary chegou ao Brasil na cidade do Rio de Janeiro e expandiu-se pelos estados e municípios. O Objetivo do Rotary é estimular e fomentar o ideal de servir, como base de todo o empreendimento digno, promovendo e apoiando o desenvolvimento do companheirismo como elemento capaz de proporcionar oportunidades de servir. Em todo o mundo o Rotary conta com: Clubes: 34.541, Rotarianos: 1.219.624 (sendo 220.853 mulheres), Presença do Rotary: 215 países, Distritos Rotários: 532, Clubes de Rotaract: (jovens acima de 16 anos) 5.757 em 189 países, reunindo 132.411 rotaractianos, Clubes de Interact: (jovens entre 12 e 15 anos) 15.820 (155 países reunindo 363.860 interactianos), NRDC: (Núcleo Rotário de Desenvolvimento da Comunidade) 7.663 (92 países reunindo 176.249 voluntários não rotarianos). No Brasil: Clubes: 2.387, Rotarianos: 56.213 (sendo 12.126 mulheres), Distritos Rotários: 38, Clubes de Rotaract: 464 (reunindo 10.672 rotaractianos), Clubes de Interact: 849 (reunindo 19.527 interactianos), NRDC: 343 (7.889 voluntários não rotarianos). Informou



Câmara Municipal de Morretes

ESTADO DO PARANÁ

que o ano rotário vai de julho de um ano até julho do outro ano e o Viver Rotary é Transformar vidas é o lema rotário 2012/2013. Em novembro de 1972, os senhores Ivan Campos Bortoleto, Rogério Bacellar, Luiz Dílson Pinto, Gaelzer Pereira Gomes, Foed Saaliba Smaka, José Daher, Aramys Zanardi, Eric Joubert Hunzicker, João Pinto Veloso, Alaor Silvério, Josemar B. Silvério, João Batista Freitas, Honilson Madaloso, Sidney Antunes de Oliveira, Basílio C. Y. Bufara, José J. Paraná Fagundes, Moacyr França, Vitório Robassa, Ari Zanusso, Antenor V. Zambon, Narelvi Carlos Malucelli, José Ramos May, Lauro Consentino e João Jazar, se reuniram e fundaram nesta cidade de Morretes o Rotary Club de Morretes que assim como os demais tem como Objetivo: “Estimular e fomentar o ideal de servir como base de todo empreendimento digno, promovendo e apoiando: Primeiro. O desenvolvimento do companheirismo como elemento capaz de proporcionar oportunidade de servir; Segundo. O reconhecimento do mérito de toda a ocupação útil e a difusão das normas de ética profissional; Terceiro. A melhoria da comunidade pela conduta exemplar de cada um na sua vida pública e privada; Quarto. A aproximação dos profissionais de todo o mundo, visando à consolidação das boas relações, da cooperação e da paz entre as nações. Foi legitimado pelo Rotary Internacional em 15/01/1973 como Rotary oficial. Atuação do Rotary em Morretes conta com vários projetos: Projeto Alfabetizar cidadãos, para jovens e adultos, este Projeto foi idealizado e é realizado pelo próprio Rotary; Projeto Boa Visão; Ciclo de Palestras Sobre Profissões (para os alunos do Colégio Estadual Rocha Pombo que terminam o ensino médio e não sabem qual profissão seguir); Constituir NRDC; Projeto Curso de Inclusão Digital, desenvolvido em parceria com o Senar e o Sebrae na Casa da Amizade, para agricultores acima de 16 anos e com grau de escolaridade capaz de acompanhar as atividades; NGE – Intercâmbio de Novas Gerações, (onde através deste Projeto Morretes tem recebido vários jovens de outros países), PIJ – Programa de Intercâmbio de Jovens (que através deste Programa dois jovens de Morretes foram fazer intercâmbio na Bélgica e na Dinamarca, e recebemos jovens do México e Indonésia), Reconstrução de um novo Lar, os membros do Rotary Club de Morretes, construíram uma nova casa para uma família carente do Porto de Cima que foi vítima de um incêndio. Projeto Tudo pelo Rosa – câncer de mama, CDAEC - Centro de Diagnóstico Aluízio Estanislau Cherobim. Apresentou o Projeto Preservação do Meio Ambiente, onde com o auxílio de membros de Rotarysts de outras localidades, fizeram o plantio de árvores nativas na nossa Serra do Mar. Começou a explicar sobre o Projeto do Centro de Diagnóstico Aloizio Estanislau Cherobim (raio – x – mamografia – ultrassonografia), onde mostrou fotos da fase inicial, da planta, do projeto e de como as salas estão no momento. Informou que houve uma resistência da Secretaria de Saúde e da Prefeitura para que fosse feita a transferência do equipamento de Raio-x para o Município, onde precisava de uma licença da Vigilância Sanitária, foram encaminhados direto ao Município de Paranaguá, isso no mês de agosto, que foi encaminhado à Curitiba e informou que se não fosse dada a autorização eles iriam passar o equipamento para outra entidade ou para Antonina, até que conseguiram a licença. O orçamento inicial era: Área externa – R\$ 6.148,79, recepção e corredor- R\$ 15.286,05, sala de laudos – R\$ 6.795,57, sala de raio x - R\$ 77.947,61, sanitário masculino e feminino – R\$ 6.080,19, chegando a um total de R\$ 112.258,21 - (100%). Conseguimos doações com os seguintes patrocinadores: doações rotarianas: Rotary Club de Morretes - \$ 4.500,00, Rotary Club de Pinhais - \$ 2.100,00, Rotary Club de Central Citrus Country - \$ 710,00, Rotary Club de Homosassa Springs - \$ 550,00, Rotary Club de Crystal River - \$ 550,00, Rotary Club de Kings Bay - \$ 550,00, Rotary Club de Inverness - \$ 550,00, Rotary Club de Sugarmill Woods - \$ 550,00, Distrito 6950 ddf - \$ 6.920,00, Distrito 4730 ddf - \$ 4.500,00, Rotary Foundation - \$ 15.405,00, total - \$ 35,840,00 x R\$ 1,927 = R\$ 69.071,30, Comunidade Morretense – R\$ 18.960,00, total de R\$ 88.031,30. Demonstrativo das despesas no período - 06/2011 a 04/2012 (10 meses). Custos reais:



Câmara Municipal de Morretes

ESTADO DO PARANÁ

equipamentos técnicos – R\$ 68.325,00, equipamento elétricos – R\$ 1.219,78, materiais de construção – R\$ 12.727,51, arquiteto – R\$ 1.350,00, pedreiro – R\$ 10.350,00, eletricista – R\$ 1.250,00, prefeitura de Curitiba – R\$ 660,60, bombeiro – R\$ 163,04, transporte – R\$ 180,00, combustível – R\$ 60,00, Abdnor – R\$ 135,00, despesas bancárias – R\$ 276,18, despesas extras – R\$ 84,00, chegando a um total de R\$ 96.781,11. Na época o Sr. Aluizio Estanislau Cherobim, decidiu ir até a Caixa Econômica Federal e fazer um empréstimo pessoal para concluir a obra, o que não foi possível, pois logo ele veio a falecer. E devido esta atitude, os membros resolveram homenageá-lo dando o nome dele ao Centro. A obra está sendo executada e no momento eletricitas da Copel, estão fazendo toda a parte elétrica, trabalhando voluntariamente neste Projeto. Informou que tudo está sendo feito dentro das normas da Vigilância Sanitária. Informou ainda que fizeram alguns orçamentos, ficando os custos finais para entrega e funcionamento do aparelho de Raio-x para comunidade acima dos R\$ 20.000,00. Disse que contam com o apoio de todos e citou um Provérbio Chinês onde diz que “até uma folha de papel carregada por mais de uma pessoa fica mais leve”. Finalizou agradecendo novamente ao Presidente, aos demais vereadores e aos presentes pela oportunidade de expor a situação do Centro de Diagnóstico Aluizio Estanislau Cherobim, disse que está à disposição para mais esclarecimentos todas às segundas feiras às 19:30h na sede do Rotary Club de Morretes. O Presidente parabenizou o Sr. Leonardo pela explicação, o agradeceu novamente, agradeceu também à presença do Vice-Presidente o Sr. Odair Tomaz, do Presidente da Comissão de Jovens o Sr. Vinícius, do Presidente da Imagem Pública o Sr. João Navarro e parabenizou também o Rotary e todos os seus membros que de alguma maneira contribuem para o desenvolvimento do Município. O Presidente perguntou se algum vereador gostaria de fazer alguma colocação sobre a explanação onde o Vereador Airton Tomazi, pediu o uso da palavra e agradeceu a explanação do Sr. Leonardo, disse que ficou tudo muito bem explicado no que diz respeito à instalação do aparelho de Raio-x, disse que a sociedade deve se unir para que os custos venham em caixa e se deixou à disposição para intencionar campanhas para arrecadar fundos para o término das obras. O Presidente agradeceu novamente ao Rotary Clube de Morretes e seus membros, e informou que a Câmara, assim como os Vereadores estarão à disposição desta entidade no que for possível auxiliá-los e, deu por encerrada o uso da tribuna livre, dando continuidade ao expediente solicitou ao Secretário para que procedesse com leitura da composição dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, em cumprimento ao parágrafo único do artigo 3º da Resolução nº 017/2013. A Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Morretes, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades na folha de pagamento do HMM, ficou assim constituída: Presidente: o Vereador Valdecir Mora, Relator: o Vereador Vanderlei Cordeiro Dias e Membro o Vereador Elói Nogueira. O Presidente informou que a Comissão já realizara a primeira reunião, sendo os atos da Comissão enviados via e-mail para conhecimento dos demais vereadores. Prosseguiu com a leitura das correspondências recebidas, sendo Ofício nº 002/2013, da Comissão Parlamentar de Inquérito com o seguinte conteúdo: Senhor Presidente, solicito dentro das possibilidades de Vossa Excelência, que encaminhe aos Membros da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Morretes alguns documentos referentes à contratação realizada pelo Poder Executivo da empresa Hygea para administrar o Hospital e Maternidade Municipal Dr. Alcídio Bortolin e também a disponibilidade de proporcionar uma equipe de Assessoria Contábil e Assessoria Jurídica para dar suporte à análise técnica dos integrantes da Comissão de Inquérito quanto a atual situação da administração do Hospital. Desta forma venho a Vossa Excelência solicitar: Processo Licitatório de Dispensa de Licitação referente à contratação da Empresa Hygea; Empenhos referentes aos pagamentos efetuados pela empresa; Último Holerite de todos os funcionários contratados



Câmara Municipal de Morretes

ESTADO DO PARANÁ

pela empresa; Extrato de publicação da dispensa realizada sobre a prestação de serviço do HMM; Prorrogação de contrato (caso haja); Assessoria Contábil e Jurídica: Análise do Processo Licitatório; Análise do Contrato de Prestação de Serviço; Análise dos empenhos referentes aos pagamentos efetuados à empresa Hygea; Análise Comparativa do Resumo da Folha de Pagamento e Holerites dos funcionários. Na certeza do pronto atendimento, na oportunidade renovo meus votos de alta estima e distinta consideração. Atenciosamente, Valdecir Mora – Presidente. Em questão de Ordem o vereador Maurício Porrua disse que a Comissão Parlamentar de Inquérito tem autonomia para solicitar documentos, que a Comissão foi justamente instaurada para isso, e a mesma pode e deve solicitar ao Presidente que seja feita contratação de assessoria jurídica e contábil para melhor apurar os fatos, mas em questão da documentação o Presidente da Comissão pode solicitar os documentos diretamente. Em questão de ordem o Vereador Valdecir Mora informou que devem sim solicitar ao Presidente da Câmara, tais documentos e a contratação de assessoria, que sem autorização da Presidência da Casa a Comissão não pode utilizar-se do jurídico da Câmara e que irão discutir passo a passo para chegar ao final desta CPI. O Presidente disse que como a CPI está sendo realizada pela Câmara, o jurídico informou que as solicitações devem vir do Presidente da Comissão para o Presidente da Câmara para que o mesmo interceda junto ao órgão investigado. O Presidente solicitou a leitura das indicações: Indicação 120/2013 - Autor - Vereador Airton Tomazi. Objeto: Sugere ao Chefe do Executivo Municipal que solicite ao Órgão Competente, que estude a possibilidade de efetuar uma mudança para um local mais seguro dos pontos de ônibus que ficam no trevo do passa sete, ou que pelo menos façam um desvio para que os ônibus possam parar com segurança. Indicação 021/2013 – Autor - Vereador Airton Tomazi. Objeto: Sugere ao Chefe do Executivo Municipal que solicite ao órgão competente, que efetue vistorias nas pontes do Rio do Pinto, Rio Marumbi e Rio Nhundiaquara, neste Município. O Presidente encaminhou todas as Indicações e solicitou ao Secretário a leitura das proposições de requerimento, sendo: Proposição de Requerimento nº 020/2013 – Autor - Vereadora Flávia Rebello Miranda. Objeto: Requer Informações do Chefe do Executivo no que tange: 1) Dívidas pendentes (licitadas e não licitadas) do governo anterior – quando e de que forma serão pagas? 2) O montante da dívida atualizada do Município até dezembro de 2012, originárias dos precatórios requisitórios vencidos ou vincendos, os originários das ações de cobranças e suas consequentes execuções e os originários de contratos não pagos e demais dívidas existentes. O Presidente informou que conforme o artigo 127 do Regimento Interno – se algum vereador manifestar nesse momento interesse em discutir a presente proposição a mesma será encaminhada para a ordem do dia da próxima sessão, se não houver interesse na discussão, a presente proposição de requerimento será encaminhada para votação na ordem do dia da presente sessão e perguntou se algum vereador tinha interesse na discussão, como não houve discussão da proposição de requerimento 020/2013, a mesma foi encaminhada para a ordem do dia da sessão. Proposição de Requerimento nº 021/2013 - Autor: Vereadora Flávia Rebello Miranda. Objeto: Requer que esta Casa de Leis, após apreciação do plenário, solicite ao Poder Executivo, a informação exata quanto à real situação em que se encontra o Hospital e Maternidade de Morretes e demais informações. O Presidente perguntou se algum vereador tinha interesse na discussão, como não houve discussão da proposição de requerimento 021/2013 – a mesma foi encaminhada para a ordem do dia da sessão. O Presidente perguntou ao Secretário se havia algum Vereador inscrito para o uso da palavra, estando dois Vereadores e o mesmo citou que tendo em vista o número de inscritos para uso da palavra de acordo com os artigos 92 e 94 do regimento interno, cada vereador teria o prazo de dez minutos para uso da palavra, prorrogáveis por mais cinco minutos. O Vereador Airton Tomazi, iniciou cumprimentando a todos e citou



Câmara Municipal de Morretes

ESTADO DO PARANÁ

novamente a importância da apresentação do Sr. Leonardo, esclarecendo as dúvidas que a comunidade tem por parte do aparelho de Raio-x, que há muito tempo existe o anseio dele e demais munícipes para que o mesmo venha a beneficiar todos que necessitem deste equipamento o mais rápido possível. Informou que faz parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, e que no dia 18 de julho participará da Conferência Intermunicipal do Litoral do Cordrap, onde começará um trabalho que chegará a nível nacional, para arrecadar fundos que chegam até a 10 milhões de reais por território, através dos Conselhos Municipais para aquisição de bens e melhorias nos Municípios, onde o Município conseguiu adquirir no passado, através do CMDR, caminhão, retroescavadeira, etc., e que o nosso Litoral é somente um pré-território, por isso estão se organizando para tornar o Litoral um território para receber tais recursos. Informou que já solicitou anteriormente aos demais vereadores informações e anseios para que ele possa levar à Conferência para discussão. Ele irá discutir sobre questões de saneamento básico, não só o esgoto como também água na área agrícola, outra questão a ser discutida é o desassoreamento dos rios, devido às enchentes passadas os rios ficaram assoreados e até citou que se alguém tiver a oportunidade de ir até o Rio Passa Sete para verificar a situação da vegetação próxima ao rio, verificarão que plantas e até pés de palmito estão morrendo, outra proposta a ser discutida é a regularização fundiária, pois há recursos da Cohapar para construções de casas na área rural, onde aqui no Município até o momento foram aprovadas as construções de apenas quatro casas, mas que os recursos podem contemplar a construção de vinte a trinta casas, e que infelizmente por falta de regularização fundiária muitos agricultores tem seus terrenos, porém não tem a documentação necessária e para poderem ser beneficiados com o Programa da Cohapar precisam ter a documentação certa dos terrenos. Disse que fica chateado por não levar mais itens a ser discutido. Disse ainda que quando esses recursos virem não contemplarão somente Morretes, mas sim todo o Litoral porque as propostas citadas são problemas que assolam não só Morretes, mas quase todo o Litoral. Justificou a Indicação 120/2013, dizendo que com o aumento de caminhões para o Porto de Antonina, o perigo é iminente para os usuários dos ônibus e pediu que a Indicação seja encaminhada o mais rápido possível para tentar sanar tal situação. A vereadora Flávia Rebello Miranda iniciou saudando a todos. Agradeceu a bela apresentação do Sr. Leonardo e disse que os motivos que a levaram a fazer o uso da palavra, em primeiro, porque está muito feliz pela iniciativa do Rotary homenagear o Sr. Aluizio Estanislau Cherobim, uma homenagem justa, e que quando foi vereadora em outra gestão pode também fazer uma homenagem a este Senhor, em segundo por esse Clube de Serviço, que tenta incansavelmente trazer benefícios para esta cidade, se deixou a disposição, para junto com o Poder Executivo e Legislativo e outros órgãos possam dar continuidade ao Projeto. Grifou a presença de um dos fundadores do Rotary Club de Morretes o Sr. Eric Joubert Hunzicker, disse que este Município tem a honra de ter este cidadão como morretense, sendo ele uma “história viva” de Morretes. A vereadora, ainda o parabenizou, por tudo que fez e faz pelo município. Disse que gostaria de justificar e não de discutir os requerimentos que a mesma fez. Citou que juntamente com alguns vereadores foi autora da solicitação do requerimento da CPI sobre o Hospital e Maternidade de Morretes, que a mesma sempre pensou em ter os seus atos pautados na justiça. E que infelizmente não pode fazer parte desta CPI, pois foi denunciante, mas continua estudando, tentando acompanhar, tentando trazer o máximo possível de documentos para que possam fazer uma atividade justa. Disse confessar a todos que quanto mais estuda menos sabe, pois levantando as questões do hospital se deparou com um decreto o de nº 160/2013, onde o Prefeito atual, conforme muitas considerações feitas, muitas delas justas e corretas, o mesmo declara “estado de perigo público iminente” da interrupção da prestação de serviços hospitalares do Município de urgência da saúde pública, onde a mesma acredita



Câmara Municipal de Morretes

ESTADO DO PARANÁ

que este Ato foi aconselhado por um grupo jurídico. Mas o que mais chamou a atenção no Decreto foi o seguinte: Art. 13 – Ficam revogadas as disposições normativas em contrário, em especial o Decreto Executivo nº 83/2012, e assim, todos os atos normativos de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, decorrentes do referido Decreto Executivo, o que começou a confundir, pois o Decreto 83/2012, é quando o antigo Prefeito recebeu após o Decreto Legislativo, o ativo e o passivo do hospital, a dita “municipalização”, porém se essa municipalização não foi aceita, a sua preocupação é ainda maior, pois como então foram pagos os funcionários, a estrutura do hospital e maternidade, mesmo que precária, até os dias de hoje, como foi feito isso, se o município não tem convênio, se o município não aceitou o ativo e o passivo e a “municipalização”, motivo este que a levou a fazer o requerimento 021/2013, para saber em que situação isto se encontra, se o hospital está municipalizado ou não a parte mais importante de que forma foram feitos os pagamentos citados. Solicitando a permissão, o vereador Maurício Porrua, citou que analisando o Decreto Executivo 160/2013, verificou que como se trata de um decreto de intervenção, cria-se uma legalidade para efetuar os pagamentos, mas o que o assusta é o seguinte: não diz que a Secretária tinha autonomia para contratação da empresa e a contratação foi feita antes do decreto, que diante deste fato ele não entende, pois o Decreto é do dia 22/03/2013, mesmo retroagindo a 01/01/2013, não poderia a Prefeitura nem ter feito uma dispensa de licitação para contratação de uma empresa, pois este decreto não dizia nada porque não existia. Perguntou ao Presidente da Câmara quem é o integrante desta Casa que faz parte da comissão do decreto citado? O Presidente o informou que não tem nenhum integrante participando. O vereador Maurício disse que o decreto nomeia um integrante da Câmara e que esta Casa mais uma vez foi deixada de lado. Informou ainda, que em uma das considerações do Decreto 160/2013, cita que o Decreto Legislativo ofende a Constituição e pela última vez ele quer deixar claro que o Decreto Legislativo não municipalizou o hospital, o Decreto Legislativo simplesmente autorizou o Prefeito a receber ou não, isso é uma atribuição do Poder Executivo, sendo que não infringiram normas jurídicas alguma, pois não municipalizaram o hospital, o Decreto Legislativo deu o direito da escolha ao Prefeito. Continuando, a vereadora Flávia, disse que se o Prefeito não aceitou, pois revogou o decreto 83/2012, que decreto de intervenção é esse dentro do hospital? Ainda o que a chama a atenção é que ele nomeia um administrador que no primeiro decreto era a Sra. Neide Richter e no segundo decreto é o Sr. Bruno Ponivas. Em questão de ordem o vereador Maurício Porrua, a informou que o administrador mudou novamente, agora é uma senhora de Guaraqueçaba. A mesma disse que isto não consta nos decretos públicos ainda. Continuando disse que no decreto consta as incumbências do administrador: - Gerir os recursos financeiros e orçamentários destinados para o funcionamento do hospital, quem pode destinar este dinheiro, com qual legalidade se destina este dinheiro da Prefeitura para o hospital? - Realizar a contratação e demissão de funcionários, nas formas definidas em lei, se tem uma empresa hoje lá dentro que inclusive contrata e demite, com qual legalidade esta empresa está lá dentro, através de uma dispensa de licitação de R\$ 780.000,00?; - Providenciar inventário dos bens e equipamentos; – Emitir laudos sobre a situação geral administrativa, financeira e patrimonial do hospital no momento da intervenção; – Estabelecer medidas de ordem técnica, administrativa, jurídica e financeira necessárias ao restabelecimento da viabilidade econômico financeira do hospital. Foram dadas muitas atribuições a um administrador que a Prefeitura nomeou, mas com qual autonomia a Prefeitura nomeou este administrador, se ela nem aceitou o ativo e o passivo do hospital. Contratam uma empresa que se pagou R\$ 780.000,00 para ela por três meses, com prorrogação de contrato, segundo informações de terceiros, pois não tem essas informações oficiais, um dos motivos da CPI, com qual legalidade? Justificando-se a questão de dizer que não tinham orçamento,



Câmara Municipal de Morretes

ESTADO DO PARANÁ

não precisavam de orçamento, não precisa de rubrica orçamentária, se não temos um hospital municipal. A espanta que dois dias atrás o Executivo enviou vários projetos de créditos adicionais, sendo que em torno de R\$ 1.200.000,00 são voltados ao hospital, com que legalidade passará este valor para o hospital? Disse que gostaria que tudo isso fosse legal, mas que está com um ponto de interrogação enorme em sua cabeça. Em questão de ordem o vereador Maurício Porrua citou que esta Casa atropelou os processos, e já votou e aprovou estes créditos, onde as leis já estão sancionadas, com destinação de compra de medicamentos hospitalar ambulatorial, reformas, etc., para uma “coisa” que vão pensar ainda se é público ou não. Ainda o assusta o disposto do Art. 7º - Para o desempenho das atribuições decorrentes da presente requisição é constituído um novo Conselho de Administração, com representantes do Município, do Estado, do Ministério Público Federal, Estadual e do Trabalho, onde citou que como o vereador Elói Nogueira, havia falado em sessões passadas, onde os funcionários da empresa Hygea, se estivessem descontentes com seus salários, deviam procurar o Ministério do Trabalho, tendo aqui um representante do Ministério do Trabalho, esses problemas poderiam não ter acontecido; representante da Câmara Municipal, devido informações do Presidente, esta Casa não tem representante no Conselho citado; da mantenedora da Entidade, onde citou que a Prefeitura sempre foi mantenedora do hospital; do Conselho Municipal de Saúde, o qual não foi avisado nem sobre o cancelamento do PSF, dando-se a entender que não faz parte também; além dos demais membros previstos na legislação correspondente, até a decisão final acerca do destino da Entidade, e que destino isso vai ter se o povo não tem um pronto atendimento, aquela entidade é nosso PA. Citou ainda que o Prefeito deve fazer um PA a toque de caixa, para daí dar o destino que ele quiser ao hospital. Continuando a vereadora Flávia cita o Art. 10º que diz - As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias e do Fundo Municipal de Saúde. Com essas tantas dúvidas justifica mais uma vez o requerimento da CPI, continuará fazendo seu trabalho paralelo à CPI, na qual acredita muito, e tem certeza que irão chegar a um resultado justo e correto, seja ele qual for e que se concluírem que ela levantou uma situação de dúvida de uma forma errônea, a mesma voltará à tribuna e dirá que realmente as coisas ficaram de forma deturpadas e ela acabou não entendendo. Mas infelizmente a cada dia que passa suas dúvidas aumentam. Disse que gostaria que o Decreto 160/2013 fizesse parte da CPI, pois são decretos voltados e relacionados ao Hospital e Maternidade de Morretes. Disse que vendo o Rotary empenhado, vendo muitas pessoas empenhadas em ver o hospital em pleno funcionamento, mesmo diante de tantas dificuldades na Saúde do Brasil, não só em nosso município, esta Casa tem que pautar pela justiça e fiscalização para que possamos ter um hospital limpo e batalharmos para tirá-lo do vermelho e por em funcionamento, pois é isso que o Povo de Morretes, merece. Encerrou citando a difícil fase que nosso País está enfrentando, principalmente na Saúde, na Educação e com a corrupção, várias manifestações. Disse que deve-se considerar as coisas que são feitas de modo positivo, informando que a Presidenta Dilma doou não só para o nosso município, mas para mais 42 municípios uma retroescavadeira, equipamento esse de grande utilidade para arrumar nossas estradas. Disse ainda que de todos os programas que estão em funcionamento hoje, como o Bolsa Família, Empreendedorismo, Simples, Medicamentos Contínuos, e outros, cerca de noventa por cento é pautado no Governo Federal, e às vezes, quando o Governo Federal manda recursos, como o das pontes para o Governo Estadual, até agora, mais de dois anos ainda não aconteceu. Disse que a Casa já passou da hora de cobrar mais do Executivo, acompanhar mais, de uma forma justa e amiga, colaborando, mas não deixando de cumprir seu papel para que Morretes venha crescer, pois estão vendo que a iniciativa privada e o governo federal tem tentado fazer sua tarefa. O Presidente, disse que a respeito das tantas dúvidas da vereadora, esta Casa aprovou



Câmara Municipal de Morretes

ESTADO DO PARANÁ

justamente a CPI para que essas dúvidas sejam sanadas e que esta Casa dará todo o apoio necessário para isto. O Presidente passou para a ordem do dia com a apreciação das Proposições de Requerimento. Proposição de Requerimento 020/2013 - A vereadora Flávia Rebello Miranda no uso de suas atribuições legais leva para apreciação da Colenda Câmara de Vereadores a seguinte proposição: Requer que esta casa de leis, após apreciação do plenário, solicite ao Poder Executivo, as seguintes informações, no prazo do inciso XXII do Art. 15 da Lei Orgânica do Município: 1) de que forma e quando serão pagos as dívidas pendentes (licitadas e não licitadas) do governo anterior? 2) o montante da dívida atualizada do município até dezembro de 2012, originárias dos precatórios requisitórios vencidos ou vincendos, os originários das ações de cobranças e suas conseqüentes execuções e os originários de contratos não pagos e, querendo, a indicação de outras dívidas que não as solicitadas acima. Justificativa: Informa que uma das funções específicas da Câmara é a fiscalização e controle de caráter político-administrativo do Executivo como instituído no § 2º do art. 1º do Regimento Interno da Câmara, além do direito atribuído aos vereadores pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município aos vereadores. Câmara Municipal, Sala das Sessões. Morretes, 17 de julho de 2013. Flávia Rebello Miranda. O Presidente colocou a proposição de requerimento nº020/2013 em votação. Em questão de ordem o vereador Maurício Porrua solicitou a discussão do requerimento, sendo informado pelo Presidente que não poderia haver esta discussão senão o requerimento iria para a ordem do dia da sessão seguinte, o vereador Maurício disse que pelo seu entendimento a discussão antes da votação é requisito, informando que seria breve, que era apenas uma dúvida, e deixou a critério do Presidente autorizá-lo ou não a discutir, o qual foi autorizado, sendo que o mesmo perguntou à vereadora Flávia, se onde dizia no item 1: De que forma e quando serão pagos as dívidas pendentes (licitadas e não licitadas) não seriam empenhadas e não empenhadas? A vereadora Flávia explicou que também quis dizer isso, mas colocou licitadas e não licitadas porque tem conhecimento de que algumas dívidas adquiridas não foram nem licitadas, por isso a colocação do termo, para que possam entender a situação do Executivo e ajudar no que for preciso. Em votação, o Requerimento 020/2013 foi aprovado por unanimidade. Proposição de Requerimento nº021/2013 - A vereadora Flávia Rebello Miranda no uso de suas atribuições legais leva para apreciação da Colenda Câmara de Vereadores a seguinte proposição: Requer que esta Casa de Leis, após apreciação do plenário, solicite ao Poder Executivo, a informação exata quanto a real situação em que se encontra o Hospital e Maternidade de Morretes? A vigência do decreto legislativo nº012/2012, como também do decreto (do executivo) nº083/2012? Ainda a abrangência efeitos e demais conseqüências do decreto nº160/2013? Além disso, a base legal das afirmações feitas pelo Executivo de que a “municipalização” foi um ato ilegal, e quais as providências jurídicas tomadas pelo executivo neste diapasão? Justificativa: informa que uma das funções específica da Câmara é a fiscalização e controle de caráter político-administrativo do Executivo como instituído no § 2º do Art. 1º do regimento interno da Câmara, além do direito atribuído aos vereadores pela constituição federal e lei orgânica do Município aos vereadores. Câmara Municipal, Sala das Sessões. Morretes, 17 de julho de 2013. Flávia Rebello Miranda. O Presidente colocou a Proposição de Requerimento nº021/2013 em votação única sendo aprovada por unanimidade. O Presidente perguntou ao Secretário se havia algum Vereador inscrito para o uso da palavra de encerramento, em questão de ordem o vereador Maurício Porrua, se manifestou para retirar o que havia dito sobre o Presidente da CPI se dirigir ao Presidente da Câmara para solicitar documentos, pois como consta no Art. 50 § 7º - A Comissão tem o poder de examinar todos os documentos municipais que julgar convenientes, ouvir testemunhas e solicitar, através do Presidente da Câmara, as informações necessárias, concluindo que toda a atribuição é



Câmara Municipal de Morretes

ESTADO DO PARANÁ

realmente do Presidente da Câmara. O Secretário, vereador Elói Nogueira, pediu permissão para fazer uso da palavra, mesmo não estando inscrito, o Presidente aceitou. O Vereador Eloi iniciou citando onde a vereadora Flávia diz que esta Casa já passou da hora de se manifestar, o mesmo não entende dessa forma em que a Casa está sendo omissa, pois é só a Vereadora Flávia puxar um pouco da memória que vai lembrar que a maioria de seus requerimentos foram aprovados, bastando à vereadora trazer agora os requerimentos aprovados e a documentação recebida para mostrar aos munícipes o que está e o que não está correto. Disse que a vereadora tem nele um parceiro, e jamais deixará ou cerceará uma atribuição da mesma. Solicitou ainda que a vereadora não leve de maneira generalizada quando falar em nome desta Casa, que a mesma use das lembranças para ver que a maioria de seus requerimentos foram aprovados por ele e pelos demais vereadores. Em questão de ordem a vereadora Flávia explicou que ela não falou sobre requerimentos e nem atividades da Casa e sim atividades públicas voltadas ao município, respostas que o município está aguardando desta Casa, que com relação aos requerimentos que a mesma fez foram na sua maioria aprovados, onde apenas dois, no início dos trabalhos foram reprovados. Disse ainda que de repente a interpretação do vereador Elói foi equivocada, sendo que esta Casa está precisando dar respostas à comunidade com relação às atividades voltadas a prestação de serviço que o município está deixando de fazer. O Presidente agradeceu a presença de todos na sessão e como não houve nada mais a ser discutido e apreciado, deu por encerrada a presente sessão onde eu Vereador Elói Nogueira, 1º Secretário, redigi a presente Ata que após lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Presidente, Vereador Júlio Cesar Cassilha.

